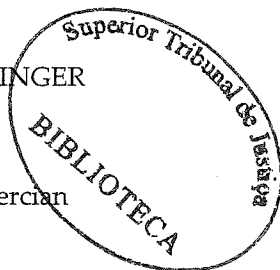


FÁBIO IANNI GOLDFINGER

*Prefácio*  
Pedro Henrique Demercian

*Apresentação*  
Luiz Fux



# PROCESSO PENAL, CONSTITUIÇÃO E POLÍTICA CRIMINAL

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) – [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1243685

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G618p

Goldfinger, Fábio Ianni

Processo penal, constituição e política criminal / Fábio Ianni Goldfinger. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

232p.: 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-554-6

1. Processo penal. 2. Sistema processual. 3. Discricionariedade da ação penal.  
I. Título.

CDD 345.05

CDU 343.1

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GOLDFINGER, Fábio Ianni. *Processo penal, constituição e política criminal*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 232 p. ISBN 978-65-5518-554-6.

## APRESENTAÇÃO

---

A presente obra, intitulada *Processo penal, Constituição e política criminal*, é produto de pesquisa desenvolvida junto ao programa de mestrado em processo penal na PUC-SP.

Na primeira parte, o autor revisita as bases históricas do processo penal brasileiro, atentando simultaneamente aos aspectos políticos e jurídicos do processo penal latino-americano, a revelar a necessidade de adequação constitucional do modelo processual vigente em nosso país.

Em seguida, o autor aborda os modelos de processo penal existentes, à luz das implicações entre processo penal e política criminal e da sua conformação constitucional, identificando os papéis dos diferentes atores envolvidos.

A atuação do Ministério Público é enfrentada sob três ângulos: (1) do monopólio da ação penal, (2) da legitimidade para conduzir investigações criminais e (3) das nuances do princípio da obrigatoriedade, com o devido recorte constitucional, ponto nevrálgico da pesquisa.

A obra também ilumina o papel do juiz no processo penal, partindo da premissa de que é precisamente o desenho processual da atuação do magistrado que define o sistema processual vigente. Temas como os limites à atuação consensual e à gestão probatória são retratados como essenciais à caracterização do modelo de processo penal e são estudados de acordo com as regras do jogo constitucionais.

Por fim, o trabalho analisa a atuação do Ministério Público como órgão acusatório dentro do sistema processual constitucional, aprofundando o debate de conceitos usualmente trivializados pela doutrina, como a justa causa para ação penal, bem como enveredando por dimensões que fogem do tradicional, mas são cada vez mais prementes na atuação funcional, como o controle de convencionalidade. A par disso, o autor renova o debate sobre o controle de arquivamento de peças criminais e a atuação consensual no processo penal, discutidos e repensados como modalidades de resolução justa e eficaz do processo, propondo priorizar os casos penais mais graves, que exigem a atuação eficiente da máquina estatal judicial.

Enfrentando a problemática da discricionariedade da atuação do Ministério Público, ainda que limitada ou regrada, o autor destaca a

necessidade de compatibilizá-la com a segurança jurídica, o princípio constitucional da unidade e o princípio da independência funcional. Em suas conclusões, articula a dogmática jurídica com a política criminal nos limites da interpretação, defendendo uma atuação discricionária que ofereça à sociedade segurança jurídica e estabilização das expectativas nas relações sociais.

**Luiz Fux**

Ministro do Supremo Tribunal Federal